

## *Kripke e a teoria causal da referência*

Ramon Felipe Wagner / UNISINOS

---

### **I. Introdução**

Saul Kripke é um filósofo americano, que se ocupou amplamente com a temática de uma teoria da referência, tendo como principal obra, nesse âmbito, o livro *Naming and necessity* (1980). Nesse livro, o autor apresenta duas noções acerca da referência, a saber, a de que os nomes são designadores rígidos e a de que a denotação se estrutura em uma espécie de cadeia causal formada pelos próprios falantes da língua.

Contudo, a primeira dessas noções requer, em especial, um correto entendimento daquela teoria à qual a de Kripke se opõe, a saber, a teoria descritivista, formulada originalmente pelo filósofo alemão Gottlob Frege. Portanto, a primeira parte deste trabalho terá por objetivo uma introdução prévia, porém crida suficiente, à teoria fregeana, de modo a tornar possível um entendimento adequado da visão de Kripke.

Em seguida, então, será possível expor os dois pontos pretendidos da visão do filósofo americano, que, ao que se acredita, não possuem, contudo, um vínculo mútuo estreito, podendo ser tais noções tomadas, inclusive, uma a despeito da outra, sem que haja qualquer espécie de ônus funcional — o que leva, pois, até mesmo a uma possível conciliação da idéia de cadeia causal com a teoria descritivista fregeana.

### **II. Frege e a teoria descritivista**

A tão famosa distinção feita por Frege entre *sentido e referência* (Frege, 1978) de nomes tem como origem sua análise acerca de sentenças de identidade.

Frege investigou a possibilidade de poderem apenas os próprios objetos estarem concernidos em tais sentenças, de modo que um nome nada mais faria do que estar diretamente por um objeto em sua ocorrência. No entanto, o filósofo constatou que apenas esse elemento da referência não seria capaz de dar conta plenamente de certos aspectos da linguagem. Tomemos o exemplo.

Na sentença

$$(1) a = b$$

caso tenhamos apenas a referência como elemento concernente a cada um dos objetos referidos — *a* e *b* —, poderemos nada mais do que afirmar que o objeto referido pelos dois nomes trate-se do mesmo objeto — i.e., faremos uma afirmação tautológica de que um objeto é idêntico a si mesmo — ou, caso tratem-se de objetos diferentes, afirmar que tais objetos se tratam, falsamente, do mesmo objeto — o que constituiria uma afirmação contraditória.

No entanto, nem tautologias, nem contradições, são capazes de exprimir idéias que possuam algum valor cognitivo, dada sua necessidade lógica. No entanto, no caso de sentenças como (1), em que se afirma a igualdade de um objeto por meio de dois nomes distintos, o ganho cognitivo é possível, caso algum ouvinte, por exemplo, não tenha conhecimento de que um dos nomes se refere ao mesmo objeto denotado pelo outro nome que ele já conhece. Nesse sentido, Frege constata que deve haver mais um elemento concernente aos nomes, que não apenas a referência.

Frege verificou que os diferentes nomes referem os mesmos objetos de maneiras distintas, com base no modo como tal objeto se apresenta. A esse *modo de apresentação* do objeto, então, Frege deu o nome de *sentido*. A cada modo de apresentação, dessa forma, está vinculado um sentido, que expressa tal modo. Enquanto isso, a referência continua a vinculá-los todos, uma vez que esses diversos sentidos são, mais uma vez, nada menos do que expressões dos modos que tem um mesmo objeto de se apresentar.

Por conseguinte, a partir do momento em que o sentido presente no nome expressa um modo como o objeto se apresenta, fica evidente que tal sentido carrega consigo uma *descrição* do objeto referido. Dessa maneira, segundo Frege, aos nomes está vinculada a capacidade de descrever seus referentes, o que nos leva justamente, por sua vez, à denominação da teoria fregeana como *descriptivista*.

Essa teoria teve, ao longo de seus mais de cem anos de história, diversos apoiadores, mas também contou com muitos filósofos empenhados em se opor a ela. Aliás, Frege tornou-se como que uma linha divisória na filosofia da linguagem, sendo que, ao que tudo indica, seus membros se dividem hoje justamente em fregeanos e não-fregeanos. De qualquer maneira, meu objetivo aqui é o de expor os fundamentos conceituais daquele que é um dos mais proeminentes opositores à teoria fregeana, o filósofo americano Saul Kripke.

### III. Kripke e a teoria causal da referência

Segundo Kripke, no entanto, aos nomes não está vinculado nenhum sentido. Em outras palavras, o único elemento presente nos nomes é o da referência. As razões que o levaram a essa idéia foram, primeiramente, a impossibilidade de se estabelecer uma relação de *sinonímia* entre nomes e descrições e, em segundo lugar, a sua análise de sentenças que descrevem situações contrafactuais – i.e., aquelas situações que não são ou não foram o caso no nosso mundo.

Tomemos a sentença

(2) *Aristóteles foi o mais notável discípulo de Platão.*

Segundo Kripke, os dois termos presentes na sentença — ‘Aristóteles’ e ‘o mais notável discípulo de Platão’ — não poderiam ser sinônimos, pois, caso o fossem, a sentença (2) nada mais afirmaria do que

(3) *O mais notável discípulo de Platão foi o mais notável discípulo de Platão.*

E, da mesma forma, a sentença

(4) *Aristóteles não foi o mais notável discípulo de Platão.*

seria uma contradição.

Por conseguinte, não há condições de se estabelecer uma relação de sinonímia entre um nome e uma descrição, e, portanto, segundo a concepção de Kripke, a descrição ‘o mais notável discípulo de Platão’ não pode constituir o sentido do nome ‘Aristóteles’. Os nomes referem, de acordo com Kripke, então, sem a mediação de *sentidos*.

Pois imaginemos, agora, um mundo no qual Aristóteles não tivesse sido um bom discípulo de Platão, ou sequer tenha sido seu discípulo. Nesse caso, a sentença supracitada

(4) *Aristóteles não foi o mais notável discípulo de Platão.*

seria verdadeira.

Ora, mas se o sentido do termo ‘Aristóteles’ é definido pela descrição ‘o mais notável discípulo de Platão’, não só a sentença (4) seria falsa, uma vez que afirmaria que

(5) *O mais notável discípulo de Platão (‘Aristóteles’) não foi o mais notável discípulo de Platão.*

como o próprio termo ‘Aristóteles’ não mais referiria o indivíduo Aristóteles.

No entanto, para Kripke, o termo ‘Aristóteles’ continuaria referindo o indivíduo Aristóteles mesmo em mundos nos quais a este não fosse cabível nenhuma descrição que utilizamos neste mundo para referi-lo. Isto porque nomes próprios, segundo ele, são *designadores rígidos*, referindo seus objetos em todos os mundos possíveis.

Kripke não nega, contudo, o papel das descrições na linguagem. Segundo ele, as descrições podem ser utilizadas para se estabelecer a referência; após isso, no entanto, não há mais nenhuma dependência dos nomes com relação a elas.

\*

Há ainda, contudo, outro elemento na visão kripkeana sobre como a referência de um nome próprio pode ser fixada, que consiste justamente em sua *teoria causal*. Ele mesmo afirma que esta não é, ainda, uma teoria completa, acabada, mas que se trata, na verdade, de um esboço inicial. Cito Kripke:

Uma explicação preliminar de uma teoria poderia ser a seguinte: um “batismo” inicial se realiza. Aqui, o objeto pode ser nomeado por ostensão, ou a referência do nome pode ser fixada por uma descrição. Quando o nome é “passado de elo a elo”, o receptor do nome deve, penso eu, intencionar, quando ele o aprende, a usá-lo com a mesma referência que o homem do qual ele ouviu esse nome (Kripke, 1980: 96, minha tradução).

É possível perceber, nessa teoria preliminar de Kripke, a importância da *intencionalidade* dos falantes no âmbito do uso de um nome próprio. Essa intencionalidade — quando empregada da maneira adequada — é o elemento que mantém sua referência unívoca, e não, como afirmam os defensores da teoria descritivista, uma descrição, ou conjunto de descrições. Pois, segundo Kripke (1980), a referência de um nome pode permanecer a mesma ainda que todas as descrições ligadas a ele se mostrem incorretas; o necessário, apenas, é que os falantes tenham a *intenção comum* de usar tal nome para referir um e o mesmo objeto particular.

Aparece aqui, por conseguinte, a noção de *cadeia causal*, na qual cada um de seus elos é um falante, que usa o nome próprio com a mesma intenção que aquele situado no início dessa cadeia, onde aconteceu o batismo. Essa cadeia se mantém, então,

na medida em que cada novo falante usa o nome em questão da mesma maneira como aquele de quem esse falante o ouviu.

É importante salientar, contudo, que essa causalidade presente na teoria não se dá em um nível ontológico, ligando fisicamente o objeto em questão aos falantes da cadeia de comunicação. Trata-se, pois, de uma causalidade que se refere simplesmente a essas intenções dos falantes em relação ao uso de um nome.

Contudo, a questão não é tão simples como pode à primeira vista parecer. Pois, conforme Brito, a teoria causal de Kripke não é “[...] suficiente para a superação de todas as possíveis dificuldades que se poderia pôr para o uso inequívoco de um nome próprio nos seus mais diferentes empregos” (Brito, 2003: 77). Isso porque o sucesso do uso de um nome próprio em uma comunidade lingüística não depende necessariamente de que a intenção desse uso seja transmitida de maneira imutável pelos diversos elos de sua cadeia. O próprio Kripke afirma que sua teoria é insuficiente, pois há casos em que a referência bem-sucedida foge a essa explicação:

[...] minha caracterização tem sido bem menos específica do que uma real relação de condições necessárias e suficientes para a referência seria. Obviamente, o nome é transmitido de elo a elo. Mas é claro que nem toda espécie de cadeia causal que vá de mim a certo homem será o bastante para que eu transmita a referência. Pode haver uma cadeia causal que vá do nosso uso do termo ‘Santa Claus’ até certo santo histórico, mas ainda assim as crianças do nosso tempo, quando usam esse termo, provavelmente não se referem àquele santo. Dessa forma, outras condições devem ser satisfeitas a fim de tornar esta realmente uma teoria rigorosa da referência (Kripke, 1980: 93, minha tradução).

Dessa forma, Kripke busca apresentar, ainda que não o tenha conseguido de forma completa, uma concepção acerca da maneira e das condições pelas quais um nome próprio refere seu objeto.

#### **IV. Conclusão**

A teoria de Kripke é apresentada como uma alternativa à concepção fregeana, mas, de fato, apenas um de seus elementos faz oposição à visão de Frege, a saber, a noção de que os nomes referem seus objetos sem a mediação de descrições, pois o elemento causal da teoria kripkeana é de forma alguma incompatível com uma posição descritivista. O ponto da discórdia é, então, simplesmente o de se objetos são referidos por nomes próprios com ou sem a mediação de descrições.

A resposta para este problema, a meu ver, reside não tanto na análise da linguagem, mas sim na ontologia, pois, acredito, depende da compreensão que se tem de objeto físico. Pois, como fica evidente, a partir da análise das duas posições, cada uma delas tem uma ontologia subjacente, que transparece a partir do uso lingüístico ao referir seus objetos. Afinal, a teoria de Kripke, porquanto admite ser o objeto passível de referência a despeito de qualquer descrição, deve conceder que o objeto em si não é a soma de suas propriedades, pois, justamente, ainda que este não tenha nenhuma de suas propriedades atuais, ele ainda poderá ser denotado pelo seu nome. Isso leva necessariamente a uma noção ontológica essencialista, na qual o objeto é alguma coisa além de suas propriedades, de modo a possibilitar tal denotação a despeito delas.

Justamente o contrário acontece numa teoria fregeana, porquanto a referência depende estritamente das propriedades do objeto — não há essência referida, mas ao objeto enquanto possuidor de alguma propriedade. Ora, podendo o objeto ser referido por meio de diferentes sentidos, cada um deles exprimindo uma propriedade, percebe-se que a ontologia fregeana dificilmente poderia sustentar uma visão essencialista, pois o objeto justamente jamais é tratado como possuindo algo além de propriedades.

Dessa forma, a resposta para o problema, caso haja alguma, deverá ter definida a ontologia correta — caso se possa de fato usar o termo neste contexto — ou, ao menos, adequada. Ou, caso a concepção ontológica de mundo continue carente de unanimidade, também a questão da referência não encontrará consentimento.

## Referências

- BRITO, A. N. de (2003). *Nomes próprios: semântica e ontologia* (1ª ed) Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- FREGE, G. (1978). *Sobre o sentido e a referência*. In: *Lógica e filosofia da linguagem* (1ª ed). São Paulo: Cultrix/EDUSP.
- KRIPKE, S. A. (1980). *Naming and necessity* (2ª ed). Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.